

Caloiros e Doutores

Um Estudo Sociológico Sobre a Praxe Académica em Portugal

João Teixeira Lopes, João Sebastião, Elísio Estanque, João Mineiro
e José Pedro Silva

CALOIROS E DOUTORES

UM ESTUDO SOCIOLÓGICO SOBRE A PRAXE ACADÉMICA
EM PORTUGAL



LISBOA, 2018

© João Teixeira Lopes, João Sebastião, Elísio Estanque, João Mineiro e José Pedro Silva, 2018

João Teixeira Lopes, João Sebastião, Elísio Estanque, João Mineiro e José Pedro Silva
Caloiros e Doutores. Um Estudo Sociológico Sobre a Praxe Académica em Portugal

Primeira edição: junho de 2018
Tiragem: 200 exemplares

ISBN: 978-989-8536-66-2
Depósito legal:

Composição em caracteres Palatino, corpo 10
Conceção gráfica e composição: Lina Cardoso
Capa: Lina Cardoso
Revisão de texto: Ana Valentim Dias
Impressão e acabamentos: Realbase

Este livro foi objeto de avaliação científica

Reservados todos os direitos para a língua portuguesa,
de acordo com a legislação em vigor, por Editora Mundos Sociais

Editora Mundos Sociais, CIES, ISCTE-IUL, Av. das Forças Armadas, 1649-026 Lisboa
Tel.: (+351) 217 903 238
Fax: (+351) 217 940 074
E-mail: editora.cies@iscte.pt
Site: <http://mundossociais.com>

Índice

Índice de figuras e quadros	vii
Agradecimentos	ix
Introdução.....	1
1 A praxe académica em Portugal. Breve revisão das investigações já realizadas	7
2 Origem e história da praxe académica em Portugal.....	23
3 Características da praxe académica. Inquérito a instituições de ensino superior e a associações académicas e de estudantes.....	51
4 Os discursos e atitudes face à praxe	73
5 As práticas e rituais de praxe académica	105
Conclusões.....	135
Anexo: A praxe sob o olhar da comunicação social	145
Referências bibliográficas.....	153

Índice de figuras e quadros

Figuras

3.1	Duração da praxe, de acordo com as instituições do ensino superior ...	53
3.2	Locais onde decorre a praxe, de acordo com as instituições de ensino superior	53
3.3	Nuvem de palavras dos locais onde decorre a praxe, de acordo com as instituições de ensino superior	53
3.4	Tendência de evolução do número de estudantes na praxe, de acordo com as instituições de ensino superior	54
3.5	Existência de estruturas de apoio psicológico a vítimas de violência, de acordo com as instituições de ensino superior	57
3.6	Existência de estruturas de apoio jurídico a vítimas de violência, de acordo com as instituições de ensino superior	57
3.7	Entidades responsáveis pela organização de alternativas à praxe, de acordo com as instituições de ensino superior	58
3.8	Concorda com a proibição de atividades de praxe no <i>campus</i> das instituições de ensino superior?	59
3.9	Duração da praxe, de acordo com as associações de estudantes	61
3.10	Local onde decorre a praxe, de acordo com as associações de estudantes.....	61
3.11	Nuvem de palavras dos locais onde decorre a praxe, de acordo com as associações de estudantes	61
3.12	Tendência de evolução do número de estudantes na praxe, de acordo com as associações de estudantes.....	62
3.13	Existência de estruturas de apoio psicológico a vítimas de violência, de acordo com as associações de estudantes.....	66
3.14	Existência de estruturas de apoio jurídico a vítimas de violência, de acordo com as associações de estudantes.....	66
3.15	Entidades que dirigem iniciativas alternativas à praxe, de acordo com as associações de estudantes.....	67

Quadros

3.1	Tipos de iniciativas de praxe académica, segundo as instituições de ensino superior	54
3.2	Objetivos das reuniões entre as instituições de ensino superior e as estruturas da praxe académica, de acordo as instituições de ensino superior	55
3.3	Tipos de atividades alternativas à praxe, de acordo as instituições de ensino superior	58
3.4	Posição e argumentos das instituições de ensino superior face à proibição da praxe académica.....	60
3.5	Lista de atividade de praxe, de acordo com as associações de estudantes.....	62
3.6	Objetivos das reuniões entre as associações de estudantes e as estruturas da praxe académica, de acordo com as associações de estudantes	64
3.7	Lista de iniciativas de praxe académica, segundo as associações de estudantes.....	64
3.8	Tipos de estruturas de apoio psicológico e jurídico a vítimas de violência, segundo as associações de estudantes	67
3.9	Tipos de atividades alternativas à praxe, de acordo com as associações de estudantes.....	68
3.10	Posição e argumentos das associações de estudantes face à proibição de praxe académica.....	69
3.11	Posição das associações de estudantes face à praxe académica	70
5.1	Letras de cânticos de praxe.....	111
5.2	Letras de cânticos de depreciação e disputa.....	114
5.3	Charadas em contexto de praxe.....	122

Agradecimentos

Este trabalho de investigação foi realizado com o financiamento e o apoio da Direção-Geral do Ensino Superior. Na pessoa do seu diretor, o Prof. Doutor João Queiroz, muito agradecemos o desafio, a confiança na equipa e todo o apoio prestado nas várias fases da pesquisa.

Agradecemos a António Firmino da Costa o diálogo profícuo que foi mantido com os autores ao longo deste trabalho e cujos comentários, em várias fases, muito nos ajudaram a problematizar este complexo objeto de estudo.

Agradecemos a Nuno Beato Alves toda a colaboração com a pesquisa, em particular no que respeita à análise do enquadramento jurídico, e a António Pedro Pombo a análise detalhada de notícias sobre praxe, bem como a atenta revisão de várias partes do presente estudo.

Este estudo não teria sido possível sem a disponibilidade de dezenas de estudantes, antigos estudantes, dirigentes de instituições de ensino superior e de associações e federações académicas e de estudantes, de núcleos e provedores de estudantes. A todos eles agradecemos a colaboração no processo de recolha de informação e a sua abertura à concretização da pesquisa.

Finalmente, agradecemos o contributo da Ana Chaves, Ana Luísa Aguiar, Ana Mendes e Vanessa Claro na transcrição das entrevistas e *focus groups* realizados.

Introdução

Num cenário que se repete todos os anos, a maior parte dos estudantes que se inscrevem pela primeira vez no ensino superior são recebidos por uma parte dos seus novos colegas através de um conjunto de práticas ritualizadas conhecidas como praxe académica. Dele fazem parte diversas atividades de que a troça é um componente importante e onde a submissão aos estudantes mais velhos é um dado adquirido, mas também momentos marcadamente hedonistas e de um gregarismo vincado e, até, algumas iniciativas com uma intenção pedagógica. Estas características fazem da praxe académica um fenómeno controverso que, ao longo do tempo, tem alimentado debates inflamados entre os seus adeptos e opositores. Se os primeiros a descrevem fundamentalmente como um costume estudantil transmitido pelos estudantes mais velhos aos mais novos que favorece a integração dos recém-chegados numa nova realidade, os segundos argumentam que da sua natureza fazem parte situações violentas e humilhantes. A ocorrência de incidentes em contexto de praxe académica, em alguns casos com consequências trágicas, tem contribuído para alimentar a controvérsia e a mediatização do fenómeno, chamando ainda a atenção de autoridades académicas e do poder político.

Este tipo de ritual não é exclusivo da realidade portuguesa, existindo noutros países termos que se referem a fenómenos análogos: *trote académico* (Brasil), *novatada* (Espanha), *bizutage* (França) e *hazing* (Estados Unidos da América e restantes países anglo-saxónicos). Mas, nas últimas décadas, a praxe tornou-se num verdadeiro fenómeno de massas nas instituições de ensino superior portuguesas. Segundo um inquérito internacional recente, cerca de 73% dos participantes portugueses afirmaram que sofreram alguma praxe mais abusiva quando entraram no ensino superior (enquanto a média para a totalidade dos países incluídos era de 25%).¹ Além disso, 59% dos portugueses que responderam no inquérito afirmaram ainda que tais atos

1 Tratou-se de um inquérito promovido conjuntamente pela Universia e pela comunidade de emprego Trabalhando.com. Responderam 2.453 dos seus utilizadores, oriundos de dez países diferentes da Península Ibérica e América Latina: Argentina, Brasil, Chile, Colômbia, Espanha, México, Peru, Porto Rico, Portugal e Uruguai. Os resultados deste inquérito podem ser consultados online no seguinte endereço eletrónico: <http://noticias.universia.pt/destaque/noticia/2015/12/11/1134653/50-jovens-portugueses-considera-praxes-podem-trazer-consequencias-psicologicas.html>.

geraram “consequências psicológicas” e 20% revelaram que eles determinaram o abandono dos estudos.

O livro que agora se apresenta tem por base uma investigação sociológica cujo principal objetivo consistiu em proceder à caracterização e análise do fenómeno social conhecido como praxe académica no ensino superior em Portugal. Esse estudo foi promovido e financiado pela Direção-Geral do Ensino Superior, através de uma parceria com o Centro de Estudos e Investigações em Sociologia do ISCTE — Instituto Universitário de Lisboa (CIES-IUL) e com o Instituto de Sociologia da Universidade do Porto (IS-UP).

O livro foca a evolução recente da praxe e a sua situação atual, analisando as suas manifestações mais relevantes e as circunstâncias sociais em que ocorrem. No entanto, foi também nossa intenção elaborar um breve enquadramento histórico, porque a compreensão da génese de um fenómeno e das suas metamorfoses nos ajuda a des-essencializar e a des-naturalizar as suas manifestações.

A praxe é um fenómeno multidimensional dotado de grande complexidade. Por isso, adotou-se uma abordagem plural e multinível, investigando as incidências que poderão ter nela diversas constelações de fatores e processos, nomeadamente socioeconómicos e socioculturais, ideológicos e políticos, históricos e comunicacionais, institucionais e relacionais, relativos a trajetórias pessoais e a mudanças sociais. Nesse sentido, o presente estudo, sem deixar de proceder à necessária caracterização da situação, concentrar-se-á sobretudo no exame da praxe em profundidade, com o intuito de contribuir para a sua interpretação e explicação. Acresce ainda que, sendo este um estudo orientado fundamentalmente para o aprofundamento analítico, procurou-se equacionar também possíveis instrumentos de ação alicerçados no conhecimento adquirido, designadamente medidas de integração académica e de política pública.

À procura de um conceito de praxe

Partimos de uma conceção da praxe académica enquanto um fenómeno muito complexo e diversificado, com múltiplas vertentes e diferentes materializações concretas e que deve ser observado a partir de diversos pontos de vista, para que as suas várias facetas, bem como as relações entre elas, possam ser descritas e analisadas. Tomamos como ponto de partida para o seu estudo contributos teóricos que a permitem entender como um *ritual de iniciação*, um *mecanismo de socialização*, uma forma de *exercício de poder*, uma *instituição bastarda* (Hughes, 1984) e uma *tradição inventada* (Hobbsbawm e Ranger, 1984).

A praxe é um *ritual de iniciação* porque configura um conjunto de ritos, materializados em formas cerimoniais, performativas e de espetáculo, que visam transformar o estudante recém-chegado, dotando-o de um novo estatuto social e simbólico e convertendo-o num membro de pleno direito do novo grupo. De uma forma genérica, a praxe pode ser descrita através da caracterização trifásica do ritual de iniciação proposta por Van Gennep (1907): ela é composta por uma fase de separação e rutura; uma etapa de marginalização, em que se reconfigura a maneira

de ser do sujeito; e uma fase de agregação na comunidade com um estatuto social e simbólico mais elevado. Quer isto dizer que, ao longo do ritual, o novato é sujeito a uma morte simbólica, a que se segue um período de ascese, onde os seus instrutores lhe transmitem um saber sobre o grupo que o acolhe, culminando, por fim, numa ressurreição social com um novo estatuto, assinalada por festas solenes.

Se, como dissemos, o ritual transmite aos novatos um conjunto de saberes sobre o grupo em que estão prestes a ser aceites, ele tem de ser entendido enquanto um *mecanismo de socialização*. Eduarda Cruzeiro (1979) adiantou como hipótese que a emergência da praxe estaria relacionada, entre outras coisas, com a necessidade de socializar os novos estudantes, cuja origem social se começava a diversificar. Indo mais longe, Revez (2000) descreveu a praxe como uma forma de transmissão de uma determinada moralidade num contexto de dominação, mesmo que, frequentemente, os seus protagonistas não estejam plenamente conscientes do conteúdo moral que está em causa.

A praxe, bem como outros rituais de iniciação semelhantes que podem ser observados em múltiplos contextos, está associada a uma dimensão de *exercício de poder* dos estudantes mais velhos sobre aqueles que chegam à universidade, bem explícita na existência de uma hierarquia, de regras e de sanções (Dias e Sá, 2013, 2014), e está associada ainda a um certo grau de violência e assédio moral (Oliveira, Villas-Boas e Las Heras, 2016). O poder dos estudantes mais velhos radica sobretudo no estatuto, na simbologia e nos significados da própria praxe. Trata-se, portanto, de poder simbólico, uma forma de poder que só é eficaz na medida em que aqueles sobre os quais ele é exercido o entendem como a manifestação e consequência de uma ordem “natural”, e não como a imposição de um arbitrário (Bourdieu, 1989).

A praxe pode ainda ser vista como um exemplo daquilo a que Everett Hughes (1984) chamou *instituições bastardas*: fugas e desvios das instituições estabelecidas que por vezes adquirem uma certa estabilidade e perduram no tempo, satisfazendo a procura de determinados bens e serviços que tanto podem ser socialmente aceites como condenados, mesmo que não tenham total legitimidade social. Hughes vê as instituições bastardas como um elemento das interações humanas que se desenvolve para suprir necessidades a que as instituições consideradas legítimas não conseguem dar resposta.

A praxe retrata-se a si própria como uma *tradição*, um conjunto de costumes estudantis com valor intrínseco e forte carga identitária que vai sendo transmitido dos estudantes mais velhos para os mais novos. Ora, de acordo com Hobsbawm (1984), as tradições têm sempre qualquer coisa de inventado, na medida em que a sua origem é geralmente mais recente do que se supõe e pode ser fabricada. Para este historiador, as tradições contribuem para inculcar determinados valores e normas e para legitimar certas práticas e instituições, ideia que não é de importância menor para analisar a praxe.

Da metodologia

Este estudo foi planeado tendo em vista compatibilizar objetivos de conhecimento com objetivos de política pública. A estratégia metodológica foi delineada tendo

em conta a necessidade de tempos de execução relativamente curtos, embora sem comprometer as exigências de fundamentação e aprofundamento cognitivo. Para esse efeito, elaborou-se um plano de trabalho decomposto em duas fases, quanto a atividades a realizar e quanto a resultados esperados.

Atendendo aos objetivos centrais do estudo, optou-se por uma metodologia mista convergente (*convergent mixed methods*). Assim, para além de uma meta-análise de estudos já realizados sobre o tema, foram efetuadas diversas formas de recolha de informação. Entre elas: (a) recolha documental e levantamento de fontes secundárias para a sistematização e contextualização histórica do fenómeno da praxe na Universidade de Coimbra e os seus desenvolvimentos noutras zonas do país. Esta contextualização pode ser encontrada no capítulo 2; (b) construção e aplicação de dois inquéritos *online*, respetivamente às direções de instituições de ensino superior e às direções das associações académicas e de estudantes. Os resultados destes inquéritos serão apresentados no capítulo 3 deste livro; (c) um conjunto de estudos de caso que partiram de uma abordagem multidimensional e implicaram visitas aos locais, seis dezenas de sessões de observação direta, recolha documental e análise de conteúdo de códigos de praxe e outros documentos relevantes, 42 entrevistas semidirigidas a estudantes e ex-estudantes, dirigentes estudantis, provedores de estudantes e dirigentes de instituições de ensino superior, seis grupos focais com estudantes, dirigentes estudantis e representantes da praxe académica, dezenas de conversas etnográficas ou informais e utilização da fotografia social. O trabalho de campo baseou-se em observações sistemáticas da praxe académica nos distritos de Lisboa, Porto, Coimbra, Beja, Castelo Branco e Bragança, analisando-se rituais onde participaram estudantes de algumas dezenas de instituições universitárias e politécnicas. Os capítulos 4 e 5 incidirão sobre os dados recolhidos através destes procedimentos; (d) complementarmente, concretizou-se também uma análise de comunicação social a notícias, entrevistas e artigos de opinião sobre o tema (anexo 1) e apresentam-se um conjunto de recomendações em termos de políticas públicas e de ensino superior favoráveis ao combate das dimensões de dominação (física e simbólica) existentes na praxe, articulando a ação governamental com as instituições de ensino superior (IES), as associações de estudantes, as autarquias e o sistema de justiça.

O conjunto das operações metodológicas aplicadas permitiu recolher informação, dados e depoimentos sobre o fenómeno da praxe em todos os distritos e ilhas do país, abrangendo os discursos e as práticas de todos os atores sociais nele envolvidos.

Esta combinação de procedimentos quantitativos e qualitativos permitiu-nos confrontar as práticas declaradas dos agentes envolvidos (através dos inquéritos, entrevistas e grupos focais) com as práticas encontradas através da observação e da presença no terreno a partir de um olhar próximo e por dentro. Da triangulação resultaram contradições e descoincidências várias (nem sempre o que se afirma é o que se faz e muitas vezes não se tem consciência do que efetivamente se faz) que foram heurísticamente aproveitadas para complexificar a análise. As conclusões procuram situar a praxe na expressão e constituição da condição juvenil contemporânea (que a ela não se resume), em contextos intra e extrauniversitários, bem como

nas dinâmicas sociais portuguesas, quer as mais instituídas, quer as mais emergentes. A praxe não é um mero epifenómeno, mas não deixa de se relacionar tanto com o modo de funcionamento das instituições de ensino superior, incluindo as suas representações simbólico-identitárias, quanto com o grau mutável de relevância da escolaridade superior nas várias instâncias da sociedade portuguesa, incluindo a produção, circulação e apropriação de sentidos, valores e normas de comportamento.

